



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

EDITAL **PROCESSO Nº 130/2026** **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026**

1. PREÂMBULO

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODAPOLIS**, com sede na Av. Francisco Alves da Silva - 443, centro de Deodápolis - MS, conforme formalização da demanda das Secretarias, expedidas no processo administrativo supracitado, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, EXCLUSIVO PARA ME, EPP e MEI**, através de **REGISTRO DE PREÇOS**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da LEI nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei complementar 123/2006, Decreto 8.538/2015 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.1. LOCAL, DATA E HORARIO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

1.1.1. Recebimento das propostas: do dia **17/8/2026**, às **08h30**, ao dia **31/8/2026**, às **09h00** (Horário do DF).

1.1.2. Início da sessão de disputa de preços às **09H15**, do dia **31/8/2026**, os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário do Distrito Federal**, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;

1.1.3. Os fornecedores deverão observar, rigorosamente, as datas e os horários limites previstos para o recebimento e a abertura das propostas, atentando, também, para o início da disputa;

1.1.4. Local: plataforma LICITANET - site: <https://www.licitanet.com.br/>

1.1.5. FORMA DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM.**

1.2. Na hipótese de ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora ou em outro a ser definido pelo Município de DEODAPOLIS - MS, mediante aviso publicado na plataforma da Licitanet e no diário oficial do município.

2. INFORMAÇÕES IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

2.1. O presente edital e seus anexos poderão ser obtidos:

a) Na Plataforma do LICITANET; site: <https://www.licitanet.com.br/>

b) site www.deodapolis.ms.gov.br no Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Deodápolis - MS, no endereço e-mail editaisprefeituradeodapolis@gmail.com

c) Junto ao Departamento de Licitações no e-mail editaisprefeituradeodapolis@gmail.com no horário de expediente da Prefeitura, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (MS).

2.2. Dúvidas e esclarecimentos sobre o conteúdo deste Edital e sobre a elaboração das propostas poderão ser enviados até 03 (três) dias úteis, antes da data fixada para abertura do procedimento na Plataforma [Licitanet](https://www.licitanet.com.br/) ou no e-mail editaisprefeituradeodapolis@gmail.com

2.3. Eventual impugnação ao presente Edital deverá ser formalizada em 03 (três) dias úteis, antes da data fixada da sessão de abertura e estará acessível a qualquer cidadão ou interessado em participar da licitação.

2.3.1. A impugnação deverá ser apresentada por escrito e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato, devendo ser protocolada na Plataforma Licitanet, encaminhada por e-mail ao endereço eletrônico: editaisprefeituradeodapolis@gmail.com ou no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal, na Av. Francisco Alves da Silva - 443, centro de Deodápolis - MS, no horário das 7h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00 (de segunda-feira a sexta-feira).

2.4. Não será conhecida impugnação interposta quando vencido o respectivo prazo legal.

2.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na Plataforma LICITANET no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.5.1. Quando a impugnação for enviada por e-mail e, por conseguinte, recebida após o horário de expediente (às 17 horas) da Prefeitura ou em dia não útil ou em dia que não há expediente, considera-se como protocolada no dia seguinte àquele do recebimento.

2.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

2.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema na Plataforma LICITANET e vincularão os participantes e a administração. Acolhida à impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

3. OBJETO

3.1. Registro de Preços para aquisição de Malharias, para atendimento das Secretarias de Saúde, Infraestrutura, Meio Ambiente, Assistência Social, Planejamento, Educação, Administração e o Gabinete do Prefeito.

3.2. As licitantes deverão formular sua proposta e lances em observância ao preço máximo definido neste edital.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão as ME, EPPs e MEI, interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, empresas que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Fornecedores do Sistema do Licitanet.

4.2. As empresas não cadastradas no SISTEMA, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: <https://www.licitanet.com.br/>

4.3. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal LICITANET, no ato da abertura do Pregão.

4.4. Será vedada a participação de empresas:

4.4.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.4.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- 4.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.4.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.4.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 4.4.7. Que estiverem reunidas em consórcio.
- 4.5. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.6. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
- 4.7. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.8. Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.9. Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.10. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.
- 4.11. A participação da licitante implicará aceitação integral e irretratável dos termos do Edital, não se admitindo alegações futuras de desconhecimento de fatos e condições que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto desta Licitação.

5. CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA

- 5.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/> para mais informações ligar no telefone 34.2512 - 6500 - whatsapp 34 3014 - 6633.
- 5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- 5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;
- 5.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

5.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA “PROPOSTA COMERCIAL” E “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no item 8 e anexo II, deste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridas no sistema;

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Os preços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto/serviço cotado, informando em campo próprio do sistema, preço unitário e total, com até duas casas decimais (0,00).

6.7. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de DEODÁPOLIS - MS.

6.8. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. PROPOSTA COMERCIAL

7.1. A proposta deverá conter:

7.1.1. Proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo I, do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;

7.1.2. Preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

7.1.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame;

7.1.4. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00).

7.1.5. A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

7.1.6. Conter declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.2. As empresas participantes deverão observar o valor estimado da aquisição no Termo de Referência.

7.3. A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.

7.4. O Pregoeiro reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

7.5. A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por igual prazo, no mínimo ou seja 60 (sessenta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada

7.6. Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

7.7. Não será admitida proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos.

7.8. Deverão ser verificadas as características, quantidades e condições dos bens solicitados, a forma e o local onde os bens serão entregues, não podendo ser invocado em nenhum momento, desconhecimento destes pontos como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou atendimento às disposições contratuais.

7.9. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) pregoeiro (a).

8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, se verificará, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br>).

8.2. AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DESTE PREGÃO, DEVERÃO APRESENTAR PARA FINS DE HABILITAÇÃO, OS DOCUMENTOS CONSTANTES DO ANEXO - II que faz parte integrante deste edital.

8.3. Os documentos necessários à habilitação deverão ser encaminhados em formato digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema.

8.4. No caso de não constar expressamente prazo de validade nas certidões referente à Habilitação deste edital, somente serão aceitas àquelas expedidas com até 60 (sessenta) dias anterior à data da realização da presente licitação.

8.5. O (A) pregoeiro (a) poderá desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato superveniente ou circunstância desabonadora da empresa ou de seus sócios.

8.6. NÃO SERÃO ACEITOS “PROTOSCOLOS DE ENTREGA” OU “SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTO” EM SUBSTITUIÇÃO AOS DOCUMENTOS REQUERIDOS NO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

8.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8. Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de formalização do ajuste. Em conformidade com a LC 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das **microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de DEODAPOLIS - MS, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.10. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9. PROCEDIMENTO

9.1. No dia e horário indicados no preâmbulo, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de acordo com o estabelecido em cada item no sistema do LICITANET.

9.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

9.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, será prorrogada automaticamente quando houver lances ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.14. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediário.

9.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.16. **Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.**

9.17. No caso de desconexão com a Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.19. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.21. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.22. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada,

se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.24. Neste caso pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.25. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.26. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços total ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.27. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.28. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.29. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta

9.30. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.31. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.32. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.33. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. PROPOSTA FINAL AJUSTADA

10.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, para que este anexe no sistema LICITANET, a PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, o pregoeiro fará uso de a ferramenta “CONVOCAÇÃO”, devendo o licitante anexar o documento em campo próprio disponibilizado pela plataforma (Proposta Final).

10.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação

10.3. O licitante deverá anexar a Proposta de Preços Ajustada, num prazo de até 02 (DUAS) HORAS de efetivo funcionamento do órgão público, contados da convocação.

10.4. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: editaisprefeituradeodapolis@gmail.com; mediante a justificativa e após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de DEODÁPOLIS - MS, quanto do emissor.

10.5. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço e Documentos de Habilitação, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta/habilitação.

10.6. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, dentro do prazo estipulado, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

10.7. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

11. RECURSO REABERTURA DA SESSÃO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

11.1. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

11.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.4. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.licitanet.gov.br ou no e-mail editaisprefeituradeodapolis@gmail.com

11.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo

11.6. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 5 (cinco) dias para:

11.6.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

11.6.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

11.6.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;

11.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

11.9. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.9.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.9.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.9.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.9.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SISTEMA, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11.10. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

11.11. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

12. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação e homologação somente serão efetivadas:

- a) se não houver manifestação dos licitantes da intenção de interpor recursos, devidamente registrada em ata durante o transcurso da Sessão do Pregão;
- b) após o deferimento ou indeferimento dos recursos interpostos e dado conhecimento dos seus resultados.

12.2. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e em havendo interesse da Prefeitura Municipal de DEODAPOLIS - MS, esta poderá propor prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

12.3. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá promovida após a adjudicação ou depois de decididos os recursos, confirmada a regularidade de todos os procedimentos adotados. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

12.4. A autoridade competente poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar essa conduta, nesse caso, deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem direito indenizatório a qualquer licitante.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Os itens objetos deste Pregão serão registrados em Ata de Registro de Preços e contratados consoante às regras próprias do Sistema. Não sendo assinada a Ata de Registro de

Preços, poderá o órgão licitante convocar a outra proponente classificada, ao preço do primeiro, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, observada a ampla defesa e o contraditório.

13.2. A proponente adjudicatária deverá assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação expedida pelo Setor de Contratos.

13.3. A convocação referida pode ser formalizada por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento.

13.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela LICITANTE. Não havendo decisão, a assinatura da Ata de Registro de Preços deverá ser formalizada até o 5º (quinto) dia útil, contado da data da convocação.

13.5. Para a assinatura da Ata de Registro de Preço, poderá ser verificado, por meio da Internet, a regularidade com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), Tributos Federais Estadual e Trabalhista.

13.6. Também para assinatura da Ata de Registro de Preços e para o(s) contrato(s) dela decorrente ou para retirada da(s) Nota(s) de Empenho(s), a proponente adjudicatária deverá indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

13.7. A recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços ou os contratos ou aceitar/retirar o instrumento equivalentes dela decorrentes, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-a as sanções previstas no item 15 deste edital.

14. DO CRITERIO DE MEDIAÇÃO E DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos com apresentação da Nota Fiscal ou Fatura**, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária

14.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.7.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.8. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

14.9. Os custos das aquisições resultantes da presente licitação serão cobertos com recursos provenientes das seguinte Dotação Orçamentária: Secretaria de Saúde: Projeto Atividade 4077, 4078, 4082, 4068, 4069, 4076, Fonte 500, 600, 621. Secretaria de Infraestrutura: Projeto Atividade 4.083, Fonte 1.500. Secretaria de Meio Ambiente: Projeto Atividade 4.065, Fonte 1.500. Secretaria de Assistência: Projeto Atividade 4117, 4115, 4118, Fonte 1.500, 1660. Secretaria de Planejamento: Projeto Atividade 4.101, Fonte 1.500. Secretaria de Educação: Projeto Atividade 4038, Fonte 1.500. Secretaria de Administração: Projeto Atividade 4.101, Fonte 1.500. Gabinete do Prefeito: Projeto Atividade 4.055, Fonte 1.500. **E as que couberem no exercício seguinte.**

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa a execução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;

II - Multa:

- Moratória de 2% a 10% (dois a dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

15.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.7. Aplica-se ainda o previsto na Lei 14.133/2021 e o edital

15.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

15.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Contratante poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal.

16. DA ENTREGA E CRITERIO DE ACEITA DO OBJETO

16.1 O prazo de entrega dos itens é **15 (quinze) dias úteis**, contados da emissão da Solicitação de Fornecimento (SF), nos locais discriminados na SF;

16.2 Caso os itens não satisfaçam às especificações exigidas, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17. DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O fiscal do contrato será um funcionário designado pela Contratante, para acompanhamento e fiscalização dos recebimentos mediante atesto na nota fiscal/fatura, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

17.2. Os preços registrados poderão ser suspensos ou cancelados nos seguintes casos:

17.2.1. Por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados.

17.2.2. Pelo Órgão gerenciador quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

17.1.3. Pelo detentor, quando mediante solicitação por escrito, demonstrar que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação e devidamente aceita pela PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos legais;

17.2. Enquanto perdurar a suspensão ou cancelamento dos preços, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição dos bens constantes dos registros de preços.

18. DA REVISÃO/ALTERÇÃO DOS PREÇOS

18.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

18.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observando-se o seguinte:

- a) os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- b) a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

18.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

18.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

19.1. Fica assegurado ao Município de Deodápolis - MS, o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

19.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

19.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

19.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

19.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no [*Diário Oficial do Município de Deodápolis - MS*](#), e através do endereço eletrônico www.deodapolis.ms.gov.br

20.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

20.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro.

20.5. Será facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

20.6. O Pregoeiro poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

20.7. As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo

Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

20.8. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

20.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.10. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.11. As licitantes são responsáveis administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.12. As licitantes devem observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.12.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

20.13. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

20.14. A proponente deverá indicar ao Pregoeiro todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

20.15. O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Deodápolis - MS, quanto do emissor.

20.16. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

20.17. Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

20.18. Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

20.19. CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO PREGOEIRO VIA CHAT.

20.20. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

20.21. O foro competente para dirimir questões oriundas do presente Edital, será o do Município de Deodápolis - MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.22. Fazem partes integrantes deste edital os seguintes anexos;

Anexo - I	Modelo da Proposta de Preços
Anexo - II	Relação dos Documentos de Habilitação
Anexo - III	Modelo Declaração Unificada
Anexo - IV	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo - V	Minuta do Contrato
Anexo - VI	Termo de Referência

Deodápolis - MS, 11 de agosto de 2026.

GIOVANI DE SOUZA BARELI
Secretário Municipal de Saúde
Decreto 62/2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

ANEXO - I		PROCESSO	MODALIDADE	TIPO	FLS.
Proposta de Preços		Nº 130/2026	Pregão Eletrônico nº 46/2026	Menor Preço por Item	1/8
EMPRESA:					
CNPJ/MF					
ENDEREÇO:			CIDADE:		/
TELEFONE:			E-MAIL		
Item	Quant.	Unid.	Especificação	V. Unit.	Valor Total
1	240,000	UN	CAMISA SOCIAL MASCULINA MANGA LONGA; MODELAGEM MASCULINA ESTILO SOCIAL LEVEMENTE SLIN; CONFECCIONADA EM TECIDO 100 % ALGODÃO COM UMA TRAMA APROXIMADA DE 80 FIOS POR CM2 (FIO 80), DE MODO A NÃO DEIXAR TRANSPARECER A COR DO CORPO, BAIXO AMARROTAMENTO; ABERTURA FRONTAL EM TODA EXTENSÃO COM REFORÇO DE ENTRETELA EM VISCOSE DUPLA COM COR DE CONTRASTE, FECHÁVEL POR BOTÕES 4 FUROS COM CASINHAS NA VERTICAL; GOLA DUPLA COM REFORÇO INTERNO COM COR DE CONTRASTE, APROXIMADAMENTE 4,5 CM ALTURA ABERTURA FECHADA; MANGA LONGA COM REFORÇO INTERNO COM COR DE CONTRASTE FECHÁVEL POR 2 (DOIS) BOTÕES 4 FUROS COM CASINHAS NA HORIZONTAL; COSTA COM PALA E PREGA MACHO; PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO EM LINHA, BOLSO FRONTAL LADO ESQUERDO COM LOGO BRASÃO COM ESCRITA PREFEITURA DE DEODÁPOLIS, ESCRITA DO NOME SECRETARIA, SIGLA OU DEPARTAMENTO (MEDIDA APROXIMADA); PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG.		
2	308,000	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA; MODELAGEM FEMININA ESTILO SOCIAL LEVEMENTE ACINTURADA; CONFECCIONADA EM TECIDO 100 % ALGODÃO COM UMA TRAMA APROXIMADA DE 80 FIOS POR CM2 (FIO 80), DE MODO A NÃO DEIXAR TRANSPARECER A COR DO CORPO, BAIXO AMARROTAMENTO; ABERTURA FRONTAL EM TODA EXTENSÃO COM REFORÇO DE ENTRETELA EM VISCOSE DUPLA COM COR DE CONTRASTE, FECHÁVEL POR BOTÕES 4 FUROS COM CASINHAS NA VERTICAL; GOLA DUPLA COM REFORÇO INTERNO COM COR DE CONTRASTE, APROXIMADAMENTE 4,5 CM ALTURA ABERTURA FECHADA; MANGA LONGA COM REFORÇO INTERNO COM COR DE CONTRASTE FECHÁVEL POR 2 (DOIS) BOTÕES 4 FUROS COM CASINHAS NA HORIZONTAL; COSTA COM PALA E RECORTE CURVO PARA ACINTURAR A PEÇA; PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO EM LINHA, BOLSO FRONTAL LADO ESQUERDO COM LOGO BRASÃO COM ESCRITA PREFEITURA DE DEODÁPOLIS, ESCRITA DO NOME SECRETARIA, SIGLA OU DEPARTAMENTO (MEDIDA APROXIMADA); PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG. CATMAT 460249.		
3	240,000	UN	CAMISETA- GOLA POLO, MANGA CURTA, EM TECIDO MALHA MISTO PV DE POLIVISCOSE (67% POLIÉSTER 33% VISCOSE), DE BOA QUALIDADE QUE NÃO SAI A COR APÓS		

			AS LAVAGENS, NAS CORES BRANCA COM DETALHE AZUL MARINHO, BRANCA COM CAQUI, BRANCA COM PRETO, BOLSO ESQUERDO, MANGA CURTA BOCA BAINHA COM DETALHES RIBANA/PEITILHO DUPLO LISTRADO, GOLA POLO COLORIDA/OU BRANCA COM DETALHES IMPRESSOS LISTRADO, E COM 3 BOTÕES COLORIDOS. PERSONALIZAÇÃO COM SERIGRAFIA (SILKSCREEN): BORDADO - COSTA: NOME DO DEPARTAMENTO/EQUIPE, LOGO DO SUS, DEODÁPOLIS- MS. MANGA DIREITA: LOGO E ESCRITA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS, MANGA ESQUERDA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. BOLSO: LOGO E ESCRITA DO NOME DO DEPARTAMENTO/EQUIPE E NOME DO FUNCIONARIO. MODELAGEM MASCULINA E FEMININA. CATMAT 614860.		
4	847,000	UN	CAMISETA UNISSEX; MODELAGEM BÁSICA RETA; EM TECIDO MALHA PV SENDO NO MÍNIMO 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE; GOLA REDONDA OU EM TIPO V; PERSONALIZAÇÃO EM SERIGRAFIA SILK/DIRETA; COM NO MÍNIMO 02 (DOIS) LOGO TIPOS GRANDE APROXIMADAMENTE (28X25) CM E 01 (UM) LOGOTIPO PEQUENO APROXIMADAMENTE (15X10) CM; PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG.		
5	150,000	UN	TOUCA ÁRABE CONFECCIONADA EM HELANCA. FECHAMENTO EM VELCRO. INDICADO PARA SERVIÇOS EM ÁREAS DESCOBERTAS, SERVIÇOS AGRÍCOLAS E OUTROS.		
6	150,000	UN	CAMISETA- MANGA LONGA, EM TECIDO 100% POLIAMIDA, PROTEÇÃO COM BLOQUEIO DE 98% DOS RAIOS UVA E UVB ALÉM DE UM FATOR DE PROTEÇÃO 50 (FPU 50+) DE BOA QUALIDADE QUE NÃO SAI APÓS AS LAVAGENS NA COR AZUL. A CAMISA DEVE SER CONFECCIONADA EM TECIDO APROPRIADO A PROVER PROTEÇÃO À PARTE DO CORPO A QUE SE DESTINA CONTRA RADIAÇÕES SOLAR NOS TRABALHOS DE CAMPOS DESENVOLVIDO PELOS EMPREGADOS DA UNIDADE. PERSONALIZAÇÃO COM SERIGRAFIA (SILKSCREEN): BORDADO - COSTA: NOME DO DEPARTAMENTO/EQUIPE, LOGO DO SUS, DEODÁPOLIS- MS. MANGA DIREITA: LOGO E ESCRITA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS, MANGA ESQUERDA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. BOLSO: LOGO E ESCRITA DO NOME DO DEPARTAMENTO/EQUIPE. E CAMISA COM NOME DO FUNCIONARIO. MODELAGEM MASCULINA E FEMININA. TAMANHOS: VARIADOS.		
7	345,000	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA; MODELAGEM FEMININA ESTILO SOCIAL LEVEMENTE ACINTURADA; CONFECCIONADA EM TECIDO 100 % ALGODÃO COM UMA TRAMA APROXIMADA DE 80 FIOS POR CM2 (FIO 80), DE MODO A NÃO DEIXAR TRANSPARECER A COR DO CORPO, BAIXO AMARROTAMENTO; ABERTURA FRONTAL EM TODA EXTENSÃO COM REFORÇO DE ENTRETELA EM VISCOSE DUPLA COM COR DE CONTRASTE, FECHÁVEL POR BOTÕES 4 FUROS COM CASINHAS NA VERTICAL; GOLA DUPLA COM REFORÇO INTERNO COM COR DE CONTRASTE, APROXIMADAMENTE 4,5 CM ALTURA ABERTURA FECHADA; MANGA CURTA; COSTA COM PALA E RECORTE CURVO PARA ACINTURAR A PEÇA; PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO EM LINHA, BOLSO FRONTAL LADO ESQUERDO COM LOGO BRASÃO COM ESCRITA PREFEITURA DE DEODÁPOLIS, ESCRITA DO NOME SECRETARIA , SIGLA OU DEPARTAMENTO (MEDIDA APROXIMADA); PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG.		

8	270,000	UN	CAMISA SOCIAL MASCULINA MANGA CURTA; MODELAGEM MASCULINA ESTILO SOCIAL LEVEMENTE SLIM; CONFECCIONADA EM TECIDO 100 % ALGODÃO COM UMA TRAMA APROXIMADA DE 80 FIOS POR CM2 (FIO 80), DE MODO A NÃO DEIXAR TRANSPARECER A COR DO CORPO, BAIXO AMARROTAMENTO; ABERTURA FRONTAL EM TODA EXTENSÃO COM REFORÇO DE ENTRETELA EM VISCOSE DUPLA COM COR DE CONTRASTE, FECHÁVEL POR BOTÕES 4 FUROS COM CASINHAS NA VERTICAL; GOLA DUPLA COM REFORÇO INTERNO COM COR DE CONTRASTE, APROXIMADAMENTE 4,5 CM ALTURA ABERTURA FECHADA; MANGA CURTA; COSTA COM PALA E PREGA MACHO; PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO EM LINHA, BOLSO FRONTAL LADO ESQUERDO COM LOGO BRASÃO COM ESCRITA PREFEITURA DE DEODÁPOLIS, ESCRITA DO NOME SECRETARIA , SIGLA OU DEPARTAMENTO (MEDIDA APROXIMADA); PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG. CATMAT 417414.		
9	370,000	UN	CAMISA POLO FEMININA MANGA CURTA - MODELAGEM FEMININA ACENTUADA BÁSICA BABY LOOK; CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA PIQUET COMPOSTO NO MÍNIMO 50% POLIÉSTER E 40% ALGODÃO; PEITILHO APROXIMADAMENTE 4 CM L X 13 CM COM REFORÇO DE ENTRETELA EM VISCOSE DUPLA COM COR DE CONTRASTE COM 02 BOTÕES PARA FECHAMENTO COM CASINHAS NA VERTICAL; TECIDO GOLA/PUNHO APROXIMADAMENTE 97% POLIÉSTER 3% ELASTANO; GOLA POLO APROXIMADAMENTE 4,5 CM ALTURA ABERTURA FECHADA, MANGA COM PUNHO APROXIMADAMENTE 2,5 CM ALTURA E COM FISCO DE COR CONTRASTE , PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO EM LINHA NA FRENTE LADO ESQUERDO LOGO BRASÃO COM ESCRITA PREFEITURA DE DEODÁPOLIS (MEDIDA APROXIMADA) E NAS COSTAS ESCRITA DO NOME E SIGLA DA SECRETARIA OU DEPARTAMENTO (MEDIDA APROXIMADA); PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; COR: VARIADA CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG.		
10	208,000	UN	CAMISA POLO MASCULINA MANGA CURTA - MODELAGEM MASCULINA RETA BÁSICA CLÁSSICA; CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA PIQUET COMPOSTO NO MÍNIMO 50% POLIÉSTER E 40% ALGODÃO; PEITILHO APROXIMADAMENTE 4 CM L X 13 CM COM REFORÇO DE ENTRETELA EM VISCOSE DUPLA COM COR DE CONTRASTE COM 02 BOTÕES PARA FECHAMENTO COM CASINHAS NA VERTICAL; TECIDO GOLA/PUNHO APROXIMADAMENTE 97% POLIÉSTER 3% ELASTANO; GOLA POLO APROXIMADAMENTE 4,5 CM ALTURA ABERTURA FECHADA; MANGA LONGA PUNHO ALTURA MÍNIMO 5,5 CM, LARGURA PROPORCIONAL A ABERTURA DE MANGA, , PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO EM LINHA NA FRENTE LADO ESQUERDO LOGO BRASÃO COM ESCRITA PREFEITURA DE DEODÁPOLIS (MEDIDA APROXIMADA) E NAS COSTAS ESCRITA DO NOME E SIGLA DA SECRETARIA OU DEPARTAMENTO (MEDIDA APROXIMADA); PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG. CATMAT 614860.		
11	3.350,000	UN	CAMISETA UNISSEX PARA CAMPANHAS EDUCACIONAIS; MODELAGEM BÁSICA RETA; EM TECIDO MALHA PV SENDO NO MÍNIMO 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE; GOLA EM TIPO REDONDA; PERSONALIZAÇÃO EM		

			SERIGRAFIA SILK/DIRETA; COM NO MÍNIMO 02 (DOIS) LOGO TIPOS GRANDE APROXIMADAMENTE (28X25) CM E 01 (UM) LOGOTIPO PEQUENO APROXIMADAMENTE (15X10) CM; PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO E DE ACORDO COM A CAMPANHA . TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG.		
12	25,000	UN	CAPOTE CIRURGICO MANGA LONGA ADULTO - CONFECCIONADO EM TECIDO 100% BRIM DE ACORDO COM A PADRONIZAÇÃO DOS TECIDOS PARA USO HOSPITALAR, FECHADO NA FRENTE COM ABERTURA NA COSTA COM TIRAS PARA AMARAÇÃO NO DEGOLO, E NA PARTE CENTRAL NA ALTURA DA CINTURA PARA AJUSTE, COMPRIMENTO NO TORNOZELO, COM PUNHO DE RIBANA, PERSONALIZADO NA REGIÃO DO PEITO A DIREITA PERSONALIZADO, COM BRASÃO DO MUNICIPIO E SIGLA E/OU ESCRITA DO HMCR, DEODAPOLIS-MS. RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, SOLIDEX AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDO. MODELO: UNISSEX. TAMANHOS DIVERSOS. CORES: VERDE CLARO OU AGUA, AZUL CLARO. P - 604937 M - 604938 G - 604939 XG - 604940		
13	60,000	UN	CONJUNTO DE PIJAMA CIRURGICO MANGA CURTA ADULTO - COMPOSTO DE DUAS PEÇAS (BLUSA/CALÇA), CONFECCIONADO EM TECIDO 100% BRIM DE ACORDO COM A PADRONIZAÇÃO DOS TECIDOS PARA USO HOSPITALAR, CALÇA COM ELÁTICOS NA CINTURA E BLUSA FECHADA COM DECOTE EM V, 01 (UM) BOLSO TRADICIONAL REGIÃO PEITO A DIREITA PERSONALIZADO, COM BRASÃO DO MUNICIPIO E SIGLA E/OU ESCRITA DO HMCR, DEODAPOLIS-MS. RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, SOLIDEX AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDO. MODELO: UNISSEX. TAMANHOS DIVERSOS. CORES: ROSE, CINZA CLARO, VERDE AGUA. CATMAT PP - 618226, P - 605084, M - 605085, G - 605086 E XG		
14	25,000	UN	GORRO/TOUCA HOSPITALAR CIRÚRGICA COM AMARRAÇÃO ATRÁS. COMPOSIÇÃO: TECIDO: BRIM LEVE, 100% ALGODÃO. MODELO: BANDANA. GÊNEROS UNISSEX. TAMANHO ÚNICO AJUSTÁVEL PELA AMARRAÇÃO NA PARTE POSTERIOR, DE ACORDO COM A PADRONIZAÇÃO DOS TECIDOS PARA USO HOSPITALAR, COM LOGOMARCA BRASÃO DO MUNICIPIO E SIGLA E/OU ESCRITA DO HOSPITAL MUNICIPAL CRISTO REI E DEODAPOLIS-MS, SILKADA CENTRALIZADAMENTE, RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL HOSPITALAR DE SUJIDADE PESADA, SOLIDEX AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDO. CORES: ROSE, CINZA CLARO, VERDE CLARO OU AGUA, AZUL CLARO. CATMAT 399423.		
15	49,000	UN	JALECO MANGA CURTA (TIPO REGATA) NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% OXFORD. DOIS BOLSOS FRONTAIS INFERIORES. FECHAMENTO FRONTAL COM 5 (CINCO) BOTÕES Nº 24 TRANSPARENTES. ABERTURA TRASEIRA COM 30,0 CM DE ALTURA. BARRA E BARRA DA MANGA COSTURADOS EM MÁQUINA RETA COM 1,0 CM DE LARGURA. NA FRENTE, NO LADO ESQUERDO DO PEITO DEVERÁ SER BORDADO O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS E A PROFISSÃO A SER INDICADA PELA SECRETARIA. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECCÃO DO JALECO É 100% POLIÉSTER, NUMERO 120. O JALECO DEVE ESTAR ISENTO DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO. TODAS AS PEÇAS DEVERÃO SER EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACOS TRANSPARENTES. CATMAT 477985.		
16	50,000	UN	JALECO MANGA LONGA TIPO HOSPITALAR UNISSEX, EM TECIDO MICROFIBRA 100% POLIÉSTER, MODELAGEM ESTILO SOCIAL , COR BRANCA, COMPRIMENTO LONGO, MANGAS LONGA COM BAINHA (PUNHO DE MALHA		

			OPCIONAL), COM GOLA SOCIAL COM DETALHE COM COR DE CONTRASTE, COM 2 BOLSOS INFERIORES FRONTAIS COM DETALHE COM COR DE CONTRASTE, CHAPADOS E COM CANTOS CHANFRADOS, 1 BOLSO NO LADO SUPERIOR ESQUERDO COM DETALHE COM COR DE CONTRASTE E BORDADO NOME DO DEPARTAMENTO/FUNÇÃO, ABAIXO O LOGO BRASÃO DO MUNICÍPIO, APÓS ESCRITA PREFEITURA DE DEODAPOLIS-MS E/OU ESCRITA DO NOME DA SECRETARIA E SIGLA HMCR NA MEDIDA PROPORCIONAL AO BOLSO. COSTURA PESPONTADA, ABERTURA FRONTAL PARA VESTIR E DESVESTIR EM TODA EXTENSÃO, FECHADA POR NO MÍNIMO 5 (CINCO) BOTÕES 4 FUROS DE NO MÁXIMO 2,5 CM DE DIÂMETRO E VISTA PARA COBRIR-LOS, CINTO TRASEIRO PRESO, FENDA NA PARTE DE ATRÁS DE 30CM A PARTIR DA BARRA; COMPRIMENTO 102CM. AS CORES DAS LINHAS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A TONALIDADE DO TECIDO. PADRÃO DO AVIAMENTO DE PRIMEIRA QUALIDADE. BORDADO NOS DOIS BRAÇOS AS LOGOMARCAS, CONFORME MODELO EM ANEXO. ESCLARECEMOS QUE AS LOGOMARCAS DO MUNICÍPIO E SUS, DEVERÃO SER BORDADAS NO BRAÇO DIREITO. NO BRAÇO ESQUERDO DEVERÁ SER BORDADA A LOGOMARCA DA ADMINISTRAÇÃO E/OU DO HOSPITAL. O FABRICANTE DEVERÁ FIXAR ETIQUETA, IDENTIFICANDO O TAMANHO DO JALECO, COMPOSIÇÃO DO TECIDO E NOME DA CONFECÇÃO. OBSERVAÇÃO: NAS OPÇÕES DE PEDIDO FEMININO REALIZAR MODELAGEM LEVEMENTE ACINTURADA. TAMANHOS DIVERSOS SENDO ELES: P; M; G; GG; EG E XXGG. CATMAT 477100.		
17	95,000	UN	TOUCA EM TECIDO PARA USO PROFISSIONAL COM ABA FIXA EM TECIDO DUPLO (TRICOLINI), CABEÇA PREGUEADA E FRANZIDA COM ELÁSTICO NA PARTE POSTERIOR, TAMANHO ÚNICO. GARANTINDO CONFORTO. PODE SER USADA POR TODAS AS PROFISSÕES QUE REQUEREM CUIDADOS ESPECIAIS COM OS CABELOS. CORES VARIADAS E PERSONALIZADA. (OPCIONAL: ABA FIXA COM COR DE CONTRASTE). CATMAT 399423.		
18	50,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR INFANTIL (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM (NÃO TRANSPASSADO), COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE OU ATRÁS, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO “HMCR”. TAMANHO: P, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO. CATMAT: 605106		
19	50,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR INFANTIL (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM (NÃO TRANSPASSADO), COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE OU ATRÁS, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO “HMCR”. TAMANHO: M, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO. CATMAT: 605107		
20	20,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM (NÃO TRANSPASSADO), COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE OU		

			ATRÁS, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: P ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO.		
21	30,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM (NÃO TRANSPASSADO), COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE OU ATRÁS, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: M ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO.		
22	30,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM (NÃO TRANSPASSADO), COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE OU ATRÁS, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: G ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO.		
23	20,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM (NÃO TRANSPASSADO), COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE OU ATRÁS, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: XG EXTRA GRANDE, ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO. CATMAT: 605111		
24	30,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO TRANSPASSADO, COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: M ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO.		
25	30,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO TRANSPASSADO, COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: G ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO.		
26	20,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM TRANSPASSADO, COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU		

			INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: XG EXTRA GRANDE, ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO. CATMAT: 605111		
27	150,000	UN	LENÇO FEMININO – CONFECCIONADO EM TECIDO MUSSELINI, TIPO LENÇO DE PESCOÇO, TAMANHO MÉDIO, COM BARRA COSTURADA E ACABAMENTO REFORÇADO, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 50 X 60 CM. DISPONÍVEL EM CORES A ESCOLHA DA SECRETARIA. PERSONALIZADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A LOGOMARCA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUS), CONFORME PADRÃO VISUAL DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. CATMAT: 235270		
28	20,000	UN	GANDOLA TÁTICA OPERACIONAL, MODELO COMBAT SHIRT, CONFECCIONADA EM TECIDO RIP STOP, COMPOSIÇÃO APROXIMADA DE 67% POLIÉSTER E 33% ALGODÃO, NA PADRONAGEM CAMUFLADA MULTICAM TROPIC OU EQUIVALENTE VISUAL. POSSUIR GOLA ALTA TIPO MILITAR COM FECHAMENTO FRONTAL EM ZÍPER DE APROXIMADAMENTE 1/4, PROTEÇÃO PARA O QUEIXO E SISTEMA DE ESTACIONAMENTO DO ZÍPER. DEVERÁ POSSUIR 2 BOLSOS NAS MANGAS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 18 X 14 CM, FECHAMENTO EM VELCRO E ÁREA PARA FIXAÇÃO DE PATCHES; VELCRO FRONTAL PARA BRASÃO, COM APROXIMADAMENTE 8 X 5 CM; VELCRO PARA IDENTIFICAÇÃO NOMINAL, COM APROXIMADAMENTE 10 X 10 CM; REFORÇO DUPLO NOS COTOVELO; PUNHOS AJUSTÁVEIS POR VELCRO E REGULADORES PARA AJUSTE ANATÔMICO. COSTURAS REFORÇADAS, PREFERENCIALMENTE TRIPLAS, NAS REGIÕES DE MAIOR TENSÃO, COMO OMBROS, CAVAS, COTOVELO E LATERAIS. TAMANHOS PP, P, M, G, GG E EG, CONFORME TABELA DE MEDIDAS FORNECIDA PELA ADMINISTRAÇÃO.		
29	20,000	UN	CALÇA TÁTICA OPERACIONAL, CONFECCIONADA EM TECIDO RIP STOP 100% ALGODÃO, RESISTENTE A RASGOS E TRAÇÕES, NA PADRONAGEM CAMUFLADA MULTICAM TROPIC OU EQUIVALENTE VISUAL. POSSUIR 8 BOLSOS, SENDO 2 FRONTAIS DE CORTE RETO, 2 TRASEIROS COM FECHAMENTO EM VELCRO, 2 LATERAIS TIPO CARGO COM FECHAMENTO EM VELCRO E 2 BOLSOS AUXILIARES LATERAIS INFERIORES COM FECHAMENTO EM VELCRO. DEVERÁ POSSUIR JOELHOS COM REFORÇO EM CAMADA DUPLA E COMPARTIMENTO INTERNO PARA INSERÇÃO DE JOELHEIRA; REFORÇO NO CAVALO COM COSTURA EM "V" INVERTIDO; CINTURA COM 7 PASSANTES PARA CINTO DE ATÉ 50 MM; CÓS TRASEIRO COM ELÁSTICO; BARRA AJUSTÁVEL POR VELCRO; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER METÁLICO E BOTÃO DE PRESSÃO. COSTURAS REFORÇADAS NAS LATERAIS, CAVALO, JOELHOS E BOLSOS, COM ACABAMENTO INTERNO EM OVERLOQUE. TAMANHOS PP, P, M, G, GG E EG, CONFORME TABELA DE MEDIDAS FORNECIDA PELA ADMINISTRAÇÃO.		
30	20,000	UN	CAMISETA OPERACIONAL DE MANGA CURTA, MODELO GOLA CARECA, CONFECCIONADA EM TECIDO TIPO HELANCA DRY FIT, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, GRAMATURA APROXIMADA DE 160 G/M², COM CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E RÁPIDA EVAPORAÇÃO DO SUOR. POSSUIR MODELAGEM ANATÔMICA, SEM EXCESSO DE FOLGA, NA PADRONAGEM CAMUFLADA MULTICAM TROPIC OU EQUIVALENTE VISUAL. DEVERÁ POSSUIR COSTURAS REFORÇADAS NOS OMBROS E LATERAIS. PERSONALIZAÇÃO POR MEIO DE BRASÃO DA DEFESA CIVIL APLICADO NO LADO ESQUERDO DO PEITO, COM APROXIMADAMENTE 8 CM; BRASÃO DA PATRULHA AMBIENTAL APLICADO EM UMA DAS MANGAS, COM		

			APROXIMADAMENTE 8 CM; E INSCRIÇÃO INSTITUCIONAL NA REGIÃO DORSAL, CONFORME ARTE FORNECIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. TAMANHOS CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.		
31	20,000	UN	BONÉ TÁTICO MODELO AMERICANO, CONFECCIONADO EM TECIDO RIP STOP NA PADRONAGEM CAMUFLADA MULTICAM TROPIC OU EQUIVALENTE VISUAL, COM 6 GOMOS, ABA CURVA PRÉ-MOLDADA E FECHAMENTO TRASEIRO REGULÁVEL EM VELCRO. POSSUIR COSTURAS REFORÇADAS OU TRIPLAS NOS GOMOS E NA ABA, VISANDO MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE EM ATIVIDADES OPERACIONAIS. TAMANHO AJUSTÁVEL.		
32	20,000	UN	BOINA DE MODELO MILITAR CLÁSSICO, CONFECCIONADA EM LÃ OU FIBRA ACRÍLICA, NA COR E PADRONAGEM DEFINIDA PELA ADMINISTRAÇÃO, PREFERENCIALMENTE MULTICAM TROPIC OU EQUIVALENTE VISUAL. POSSUIR BRASÃO METÁLICO INSTITUCIONAL FIXADO NA PARTE FRONTAL E FITA INTERNA REGULÁVEL PARA AJUSTE À CABEÇA. TAMANHOS CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.		
33	20,000	UN	TARJA DE IDENTIFICAÇÃO NOMINAL, CONFECCIONADA EM TECIDO RESISTENTE, FORMATO RETANGULAR, COM APROXIMADAMENTE 14 X 2,5 CM, CONTENDO INSCRIÇÃO DEFINIDA PELA ADMINISTRAÇÃO E SISTEMA DE FIXAÇÃO EM VELCRO, COMPATÍVEL COM A GANDOLA, CAMISETA OU DEMAIS PEÇAS DO UNIFORME.		
34	20,000	UN	BRASÃO INSTITUCIONAL BORDADO, FORMATO CIRCULAR, COM APROXIMADAMENTE 8 CM DE DIÂMETRO, CONFECCIONADO EM MATERIAL TÊXTIL RESISTENTE, COM ACABAMENTO ADEQUADO PARA APLICAÇÃO OU FIXAÇÃO NAS PEÇAS DO UNIFORME, CONFORME ARTE OFICIAL FORNECIDA PELA ADMINISTRAÇÃO.		
35	20,000	UN	BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS, CONFECCIONADA EM TECIDO RESISTENTE, FORMATO RETANGULAR, COM APROXIMADAMENTE 5 X 8 CM, CONTENDO AS CORES E SÍMBOLOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, COM ACABAMENTO PARA FIXAÇÃO POR VELCRO OU COSTURA NAS PEÇAS DO UNIFORME.		
VALOR TOTAL R\$					

Estando de acordo com os Termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com data da validade da proposta de (____) dias, com pagamento através do Banco _____ Agência nº _____ Conta Corrente nº _____.

Local e Data:

Assinatura do Responsável

ANEXO - II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

As empresas vencedoras do PREGÃO ELETRÔNICO 46/2026 deverão apresentar os documentos abaixo especificados:

- a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, ou alteração consolidada em vigor, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
- b) **Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF.**
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei (de acordo com item licitado).
- d) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** em conjunto com Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);
- e) Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social e ao Fundo de Garantia** do Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT)**.
- g) **Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da licitante, com data de emissão não superior a 60 (sessenta dias), da data de abertura desta licitação**, a não apresentação da certidão significa renúncia expressa e consciente, **desobrigando o Pregoeiro, dos benefícios previstos no artigo 43 §1º e artigos 47 e 48 incisos I, da Lei Complementar nº 123/06;**
- h) **Declaração Unificada** conforme Anexo - III do edital

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026.

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO: Declaramos, para os devidos fins que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações do edital e seus anexos.

2. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PESSOA DEFICIENTE/REABILITADO DA PREVIDÊNCIA: Declaramos, para os fins, que a empresa atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3. DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO: Declaramos, para os fins, que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4. DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE: Declaramos para os devidos fins, que a empresa não está impedida de participar em licitação ou de contratar com a Administração, assim como não foi declarada inidônea por qualquer órgão das Administrações Públicas da União, de Estados ou de Municípios, estando portanto, apta a contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5. DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTOS: Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 46/2026, da empresa não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

6. DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGA MENOR: Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, **não empregamos menores de dezoito anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

Nome e Assinatura Rep. Legal da empresa

ANEXO - IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2026

PROCESSO Nº 130/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026

O MUNICÍPIO DE DEODAPOLIS - MS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.903.176/0001- 41, com sede Administrativa na Av. Francisco Alves da Silva nº 443, centro, CEP 79.790 - 000, **GERENCIADOR** desta ata, sendo participantes as Secretarias/Fundo/Gabinete....., representada pelo Sr....., brasileiro, solteiro, Secretário de....., residente e domiciliado a Rua..... nº, Bairro....., na cidade de - MS, portador do RG n..... SSP/....., CPF n....., doravante denominadas **PARTICIPANTES**; e a(as) empresa(as) pessoa jurídica de direito privada inscrita no CNPJ sob o nº(...) com sede (...), neste ato representada pelo(a) sócio(a) (...), portador do RG nº (...), inscrito no CPF sob o nº (...), doravante denominado apenas por **FORNECEDOR(RES)**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DOS RECURSOS FINANCEIROS: O objeto desta ata é o Registro de Preços para aquisição de Malharias, para atendimento das Secretarias de Saúde, Infraestrutura, Meio Ambiente, A. Social, Planejamento, Educação, Administração e o Gabinete do Prefeito.

§1º. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito de indenização de qualquer espécie, devendo o fornecedor cumprir as condições e obrigações desta Ata.

§2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO 46/2026 e seus anexos.

§3º. As condições dos fornecimentos, recebimento, pagamento e as obrigações contratuais são as constantes no Termo de Referência e no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO 46/2026 que são partes integrantes desta ata independentemente de transcrição.

§4º. A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das dotações orçamentárias constantes no Edital PREGÃO ELETRÔNICO 46/2026, parte integrante desta Ata.

CLÁUSULA II - DOS PREÇOS REGISTRADOS: Os produtos, suas especificações, quantidades estimadas de fornecimento durante o prazo de vigência desta ATA e o preço a ser praticado pelos fornecedores são os seguintes:

Empresa:				
Item	Descrição	Quant.	V. Unit.	Valor Total
xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xx Unid.	xxxxx	xxxxxxx
xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xx Unid.	xxxxx	xxxxxxx
VALOR TOTAL R\$				

Empresa:				
Item	Descrição	Quant.	V. Unit.	Valor Total
xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xx Unid.	xxxxx	xxxxxxx
xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xx Unid.	xxxxx	xxxxxxx
VALOR TOTAL R\$				

§1º. Nos preços registrados encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, acima relacionado.

O Valor total da Ata de Registro de Preços é de R\$.....(.....).

CLÁUSULA III - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA: A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

CLÁUSULA IV - DA REVISÃO/ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS: A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações.

§1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

II. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§3º. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

III. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

§4º. Os preços são os constantes da Ata de Registro de Preços, ressalvadas as disposições supracitadas. O preço unitário de cada item deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta;

§5º. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, tais como despesas com deslocamento, tributos e outras. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da ata de registro de preços, contado a partir da data limite para a apresentação das propostas, indicada no preâmbulo do presente Edital.

§6º. O beneficiário do registro, em função de imprevistos que altere significativamente a correspondência entre os encargos do contratado e a remuneração por parte deste Município, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal, instruída com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos materiais, matérias-primas e componentes, ou de outros documentos que comprovem a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou

impeditivos da execução do ajustado. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto/serviços, quando solicitado pela Secretaria responsável, deverá ocorrer normalmente e pelo preço registrado em vigor.

§7º. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do FORNECEDOR, cabendo à Prefeitura de DEODÁPOLIS - MS a análise e deliberação a respeito do pedido. Se o FORNECEDOR não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§8º. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR, a Prefeitura de DEODÁPOLIS - MS poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva (se houver), para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo preço registrado na ata de registro de preços.

§9º. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a PREFEITURA DE DEODÁPOLIS - MS poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo FORNECEDOR, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

§10. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela PREFEITURA DE DEODÁPOLIS - MS, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas. Liberado o FORNECEDOR, a Prefeitura de Deodápolis - MS poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

CLÁUSULA V - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, pelos danos causados à Prefeitura Municipal de DEODÁPOLIS - MS ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos. A gestão e fiscalização ficará a cargo do agente público indicado pela Secretaria Municipal de....., o Sr. (a)nomeado (a) pela Portaria nº/202.....

CLÁUSULA VI - DA RESCISÃO: - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelece a Lei n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

CLÁUSULA VII - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Preços resultante deste certame, terá vigência 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

Fica estabelecida a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do § 4º do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, por igual período, desde que comprovado o interesse da Administração.

Na hipótese de prorrogação da vigência da ata, admite-se, a renovação do quantitativo originalmente registrado, com vistas a atender às necessidades da Administração durante o Período prorrogado.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES E DA OBRIGAÇÕES DAS PARTES: As penalidades e a obrigação das partes são as constantes do Edital, Termo de Referência e seus anexos do PREGÃO ELETRÔNICO 46/2026 que são partes integrantes desta ata independentemente de transcrição.

CLÁUSULA IX - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO:

O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- II. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. Tiver presentes razões de interesse público.
- V. For liberado

§1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

§2º. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

§3º. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pela Prefeitura Municipal de Deodápolis - MS.

- I. Pelo decurso do seu prazo de vigência;
- II. Se não restarem fornecedores registrados;
- III. Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- IV. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

§4º. No cancelamento da ata ou do registro do preço do FORNECEDOR, por iniciativa da Prefeitura Municipal de Deodápolis - MS, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de cinco dias úteis para apresentação de defesa, contados da notificação, pessoal ou por publicação no Diário Oficial do Município.

§5º. Nos casos de Revisão dos Preços Registrados e de Cancelamento da Ata ou do Preço Registrado, a Prefeitura Municipal de Deodápolis - MS, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente o registro do preço do FORNECEDOR ou a ata de registro de preços.

CLÁUSULA X - DA PUBLICAÇÃO: O extrato da Ata e os preços registrados serão publicados pelo Município no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA XI - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO: Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

AQUISIÇÃO DE MALHARIAS PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE.....
--

CONTRATANTES: "A PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODAPOLIS", Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Francisco Alves da Silva nº 443, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.903.176/0001-41, por intermédio do Gabinete/Secretaria/Fundo Municipal de _____, neste ato representada por seu titular e Ordenador de Despesas o(a) Sr.(a) _____, nacionalidade, estado civil, Secretário Municipal de _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, neste Município, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./MF sob nº _____, com sede na _____, neste ato representada pelo Sr(a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, _____ portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado(a), na Rua _____, na cidade de _____ de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 130/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 46/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de Malharias, para atendimento das Secretaria/Fundo/Agência/Gabinete.....**, nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

1.1. Dos itens, especificações, quantias e valores;

Item	Especificação	Quant.	V. Unit.	Valor Total
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXX	XXXXXXXXXX
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXX	XXXXXXXXXX

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Edital da Licitação e seus anexos;

1.3.2. O Termo de Referência;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Ata de Registro de Preços;

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO

2.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de contados a partir do dia.....202..., até o dia202....

3.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA - EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo do edital do Pregão 46/2026.

CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo - VI do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e anexos do edital;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9. A Administração terá o prazo de 15 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 dez dias.
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e nos anexos do edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.1.1. Entregar o objeto acompanhado da Autorização de Fornecimento, Documentos Fiscal e Trabalhista e Nota Fiscal.
- 9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou das peças empregadas;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas.

10.1.1. Baixa complexidade, natureza do objeto e dos riscos envolvidos, considerando o prazo de entrega e ausência de prejuízo ao erário, a administração não julga necessária a apresentação de garantia contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa a execução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;

II - Multa:

- Moratória de 2% a 10% (dois a dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.2. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Aplica-se ainda o previsto na Lei 14.133/2021 e o edital

11.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

11.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Contratante poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nos Orçamentos: Secretaria de Saúde: Projeto Atividade 4077, 4078, 4082, 4068, 4069, 4076, Fonte 500, 600, 621. Secretaria de Infraestrutura: Projeto Atividade 4.083, Fonte 1.500. Secretaria de Meio Ambiente: Projeto Atividade 4.065, Fonte 1.500. Secretaria de Assistência: Projeto Atividade 4117, 4115, 4118, Fonte 1.500, 1660. Secretaria de Planejamento: Projeto Atividade 4.101, Fonte 1.500. Secretaria de Educação: Projeto Atividade 4038, Fonte 1.500. Secretaria de Administração: Projeto Atividade 4.101, Fonte 1.500. Gabinete do Prefeito: Projeto Atividade 4.055, Fonte 1.500.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO:

17.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, pelos danos causados à Prefeitura Municipal de DEODÁPOLIS - MS ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos. A gestão e fiscalização ficará a cargo do agente público indicado pela Secretaria Municipal de, o Sr. (a)nomeado (a) pela Portaria nº/202.....

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Deodápolis - MS, _____ de _____ de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário Municipal de.....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada
Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF

TERMO DE REFERÊNCIA
Art. 6, XXIII da Lei 14.133/2021.

I - DO OBJETO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; a:

1.1 Trata-se da análise da viabilidade técnica e econômica para **AQUISIÇÃO DE MALHARIA** para atender a demanda das Secretarias Municipais de Deodápolis/MS, realizada por meio dos documentos de formalização de demandas de Nº 304/202 INFRAESTRUTURA 305/2026 PLANEJAMENTO 30/2026 ASSISTENCIA 324/2026 ADMINISTRAÇÃO 331/2026 GABINETE 311/2026 EDUCAÇÃO 318/2026 MEIO AMBIENTE 9/2026, DEFESA CIVIL 333/2026

Item	Quant.	Unid.	Especificação	V. Unit.	Valor Total
1	240,000	UN	CAMISA SOCIAL MASCULINA MANGA LONGA; MODELAGEM MASCULINA ESTILO SOCIAL LEVEMENTE SLIN; CONFECCIONADA EM TECIDO 100 % ALGODÃO COM UMA TRAMA APROXIMADA DE 80 FIOS POR CM2 (FIO 80), DE MODO A NÃO DEIXAR TRANSPARECER A COR DO CORPO, BAIXO AMARROTAMENTO; ABERTURA FRONTAL EM TODA EXTENSÃO COM REFORÇO DE ENTRETELA EM VISCOSE DUPLA COM COR DE CONTRASTE, FECHÁVEL POR BOTÕES 4 FUIROS COM CASINHAS NA VERTICAL; GOLA DUPLA COM REFORÇO INTERNO COM COR DE CONTRASTE, APROXIMADAMENTE 4,5 CM ALTURA ABERTURA FECHADA; MANGA LONGA COM REFORÇO INTERNO COM COR DE CONTRASTE FECHÁVEL POR 2 (DOIS) BOTÕES 4 FUIROS COM CASINHAS NA HORIZONTAL; COSTA COM PALA E PREGA MACHO; PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO EM LINHA, BOLSO FRONTAL LADO ESQUERDO COM LOGO BRASÃO COM ESCRITA PREFEITURA DE DEODÁPOLIS, ESCRITA DO NOME SECRETARIA , SIGLA OU DEPARTAMENTO (MEDIDA APROXIMADA); PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG. CATMAT 463848.	103,7000	24.888,00
2	308,000	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA LONGA; MODELAGEM FEMININA ESTILO SOCIAL LEVEMENTE ACINTURADA ; CONFECCIONADA EM TECIDO 100 % ALGODÃO COM UMA TRAMA APROXIMADA DE 80 FIOS POR CM2 (FIO 80), DE MODO A NÃO DEIXAR TRANSPARECER A COR DO CORPO, BAIXO AMARROTAMENTO; ABERTURA FRONTAL EM TODA EXTENSÃO COM REFORÇO DE ENTRETELA EM VISCOSE DUPLA COM COR DE CONTRASTE, FECHÁVEL POR BOTÕES 4 FUIROS COM CASINHAS NA VERTICAL; GOLA DUPLA COM REFORÇO INTERNO COM COR DE CONTRASTE, APROXIMADAMENTE 4,5 CM ALTURA ABERTURA FECHADA; MANGA LONGA COM REFORÇO INTERNO COM COR DE CONTRASTE FECHÁVEL POR 2 (DOIS) BOTÕES 4 FUIROS COM CASINHAS NA HORIZONTAL; COSTA COM PALA E RECORTE CURVO PARA ACINTURAR A PEÇA; PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO EM LINHA, BOLSO FRONTAL LADO ESQUERDO COM LOGO BRASÃO COM ESCRITA PREFEITURA DE DEODÁPOLIS, ESCRITA DO NOME SECRETARIA , SIGLA OU DEPARTAMENTO (MEDIDA APROXIMADA); PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG. CATMAT 460249.	93,4700	28.788,76

3	240,000	UN	CAMISETA- GOLA POLO, MANGA CURTA, EM TECIDO MALHA MISTO PV DE POLIVISCOSE (67% POLIÉSTER 33% VISCOSE), DE BOA QUALIDADE QUE NÃO SAI A COR APÓS AS LAVAGENS, NAS CORES BRANCA COM DETALHE AZUL MARINHO, BRANCA COM CAQUI, BRANCA COM PRETO, BOLSO ESQUERDO, MANGA CURTA BOCA BAINHA COM DETALHES RIBANA/PEITILHO DUPLO LISTRADO, GOLA POLO COLORIDA/OU BRANCA COM DETALHES IMPRESSOS LISTRADO, E COM 3 BOTÕES COLORIDOS. PERSONALIZAÇÃO COM SERIGRAFIA (SILKSCREEN): BORDADO - COSTA: NOME DO DEPARTAMENTO/EQUIPE, LOGO DO SUS, DEODÁPOLIS- MS. MANGA DIREITA: LOGO E ESCRITA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS, MANGA ESQUERDA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. BOLSO: LOGO E ESCRITA DO NOME DO DEPARTAMENTO/EQUIPE E NOME DO FUNCIONARIO. MODELAGEM MASCULINA E FEMININA. CATMAT 614860.	76,5000	18.360,00
4	847,000	UN	CAMISETA UNISSEX; MODELAGEM BÁSICA RETA; EM TECIDO MALHA PV SENDO NO MÍNIMO 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE; GOLA REDONDA OU EM TIPO V; PERSONALIZAÇÃO EM SERIGRAFIA SILK/DIRETA; COM NO MÍNIMO 02 (DOIS) LOGO TIPOS GRANDE APROXIMADAMENTE (28X25) CM E 01 (UM) LOGOTIPO PEQUENO APROXIMADAMENTE (15X10) CM; PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG. CATMAT 477864.	29,1000	24.647,70
5	150,000	UN	TOUCA ÁRABE CONFECCIONADA EM HELANCA. FECHAMENTO EM VELCRO. INDICADO PARA SERVIÇOS EM ÁREAS DESCOBERTAS, SERVIÇOS AGRÍCOLAS E OUTROS. CATMAT: 400033	14,2300	2.134,50
6	150,000	UN	CAMISETA- MANGA LONGA, EM TECIDO 100% POLIAMIDA, PROTEÇÃO COM BLOQUEIO DE 98% DOS RAIOS UVA E UVB ALÉM DE UM FATOR DE PROTEÇÃO 50 (FPU 50+) DE BOA QUALIDADE QUE NÃO SAI APÓS AS LAVAGENS NA COR AZUL. A CAMISA DEVE SER CONFECCIONADA EM TECIDO APROPRIADO A PROVER PROTEÇÃO À PARTE DO CORPO A QUE SE DESTINA CONTRA RADIAÇÕES SOLAR NOS TRABALHOS DE CAMPOS DESENVOLVIDO PELOS EMPREGADOS DA UNIDADE. PERSONALIZAÇÃO COM SERIGRAFIA (SILKSCREEN): BORDADO - COSTA: NOME DO DEPARTAMENTO/EQUIPE, LOGO DO SUS, DEODÁPOLIS- MS. MANGA DIREITA: LOGO E ESCRITA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS, MANGA ESQUERDA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. BOLSO: LOGO E ESCRITA DO NOME DO DEPARTAMENTO/EQUIPE. E CAMISA COM NOME DO FUNCIONARIO. MODELAGEM MASCULINA E FEMININA. TAMANHOS: VARIADOS.	56,2400	8.436,00
7	345,000	UN	CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA; MODELAGEM FEMININA ESTILO SOCIAL LEVEMENTE ACINTURADA; CONFECCIONADA EM TECIDO 100 % ALGODÃO COM UMA TRAMA APROXIMADA DE 80 FIOS POR CM2 (FIO 80), DE MODO A NÃO DEIXAR TRANSPARECER A COR DO CORPO, BAIXO AMARROTAMENTO; ABERTURA FRONTAL EM TODA EXTENSÃO COM REFORÇO DE ENTRETELA EM VISCOSE DUPLA COM COR DE CONTRASTE, FECHÁVEL POR BOTÕES 4 FUROS COM CASINHAS NA VERTICAL; GOLA DUPLA COM REFORÇO INTERNO COM COR DE CONTRASTE, APROXIMADAMENTE 4,5 CM ALTURA ABERTURA FECHADA; MANGA CURTA; COSTA COM PALA E RECORTE CURVO PARA ACINTURAR A PEÇA;	89,0800	30.732,60

			PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO EM LINHA, BOLSO FRONTAL LADO ESQUERDO COM LOGO BRASÃO COM ESCRITA PREFEITURA DE DEODÁPOLIS, ESCRITA DO NOME SECRETARIA , SIGLA OU DEPARTAMENTO (MEDIDA APROXIMADA); PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG. CATMAT 460762.		
8	270,000	UN	CAMISA SOCIAL MASCULINA MANGA CURTA; MODELAGEM MASCULINA ESTILO SOCIAL LEVEMENTE SLIM; CONFECCIONADA EM TECIDO 100 % ALGODÃO COM UMA TRAMA APROXIMADA DE 80 FIOS POR CM2 (FIO 80), DE MODO A NÃO DEIXAR TRANSPARECER A COR DO CORPO, BAIXO AMARROTAMENTO; ABERTURA FRONTAL EM TODA EXTENSÃO COM REFORÇO DE ENTRETELA EM VISCOSE DUPLA COM COR DE CONTRASTE, FECHÁVEL POR BOTÕES 4 FUROS COM CASINHAS NA VERTICAL; GOLA DUPLA COM REFORÇO INTERNO COM COR DE CONTRASTE, APROXIMADAMENTE 4,5 CM ALTURA ABERTURA FECHADA; MANGA CURTA; COSTA COM PALA E PREGA MACHO; PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO EM LINHA, BOLSO FRONTAL LADO ESQUERDO COM LOGO BRASÃO COM ESCRITA PREFEITURA DE DEODÁPOLIS, ESCRITA DO NOME SECRETARIA , SIGLA OU DEPARTAMENTO (MEDIDA APROXIMADA); PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG. CATMAT 417414.	116,0000	31.320,00
9	370,000	UN	CAMISA POLO FEMININA MANGA CURTA - MODELAGEM FEMININA ACENTUADA BÁSICA BABY LOOK; CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA PIQUET COMPOSTO NO MÍNIMO 50% POLIÉSTER E 40% ALGODÃO; PEITILHO APROXIMADAMENTE 4 CM L X 13 CM COM REFORÇO DE ENTRETELA EM VISCOSE DUPLA COM COR DE CONTRASTE COM 02 BOTÕES PARA FECHAMENTO COM CASINHAS NA VERTICAL; TECIDO GOLA/PUNHO APROXIMADAMENTE 97% POLIÉSTER 3% ELASTANO; GOLA POLO APROXIMADAMENTE 4,5 CM ALTURA ABERTURA FECHADA, MANGA COM PUNHO APROXIMADAMENTE 2,5 CM ALTURA E COM FISCO DE COR CONTRASTE , PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO EM LINHA NA FRENTE LADO ESQUERDO LOGO BRASÃO COM ESCRITA PREFEITURA DE DEODÁPOLIS (MEDIDA APROXIMADA) E NAS COSTAS ESCRITA DO NOME E SIGLA DA SECRETARIA OU DEPARTAMENTO (MEDIDA APROXIMADA); PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; COR: VARIADA CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG. CATMAT 614134.	53,1300	19.658,10
10	208,000	UN	CAMISA POLO MASCULINA MANGA CURTA - MODELAGEM MASCULINA RETA BÁSICA CLÁSSICA; CONFECCIONADA EM TECIDO MALHA PIQUET COMPOSTO NO MÍNIMO 50% POLIÉSTER E 40% ALGODÃO; PEITILHO APROXIMADAMENTE 4 CM L X 13 CM COM REFORÇO DE ENTRETELA EM VISCOSE DUPLA COM COR DE CONTRASTE COM 02 BOTÕES PARA FECHAMENTO COM CASINHAS NA VERTICAL; TECIDO GOLA/PUNHO APROXIMADAMENTE 97% POLIÉSTER 3% ELASTANO; GOLA POLO APROXIMADAMENTE 4,5 CM ALTURA ABERTURA FECHADA; MANGA LONGA PUNHO ALTURA MÍNIMO 5,5 CM, LARGURA PROPORCIONAL A ABERTURA DE MANGA, , PERSONALIZAÇÃO COM BORDADO EM	50,8400	10.574,72

			LINHA NA FRENTE LADO ESQUERDO LOGO BRASÃO COM ESCRITA PREFEITURA DE DEODÁPOLIS (MEDIDA APROXIMADA) E NAS COSTAS ESCRITA DO NOME E SIGLA DA SECRETARIA OU DEPARTAMENTO (MEDIDA APROXIMADA); PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA. TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG. CATMAT 614860.		
11	3.350,000	UN	CAMISETA UNISSEX PARA CAMPANHAS EDUCACIONAIS; MODELAGEM BÁSICA RETA; EM TECIDO MALHA PV SENDO NO MÍNIMO 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE; GOLA EM TIPO REDONDA; PERSONALIZAÇÃO EM SERIGRAFIA SILK/DIRETA; COM NO MÍNIMO 02 (DOIS) LOGO TIPOS GRANDE APROXIMADAMENTE (28X25) CM E 01 (UM) LOGOTIPO PEQUENO APROXIMADAMENTE (15X10) CM; PEÇA COMPOSTA POR TECIDOS DE QUALIDADE, COM ACABAMENTO REFORÇADO; CORES: DIVERSAS CONFORME SOLICITAÇÃO E DE ACORDO COM A CAMPANHA . TAMANHO: P; M; G; GG; EG E XXGG.	23,1800	77.653,00
12	25,000	UN	CAPOTE CIRURGICO MANGA LONGA ADULTO - CONFECCIONADO EM TECIDO 100% BRIM DE ACORDO COM A PADRONIZAÇÃO DOS TECIDOS PARA USO HOSPITALAR, FECHADO NA FRENTE COM ABERTURA NA COSTA COM TIRAS PARA AMARAÇÃO NO DEGOLO, E NA PARTE CENTRAL NA ALTURA DA CINTURA PARA AJUSTE, COMPRIMENTO NO TORNOZELO, COM PUNHO DE RIBANA, PERSONALIZADO NA REGIÃO DO PEITO A DIREITA PERSONALIZADO, COM BRASÃO DO MUNICIPIO E SIGLA E/OU ESCRITA DO HMCR, DEODAPOLIS-MS. RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, SOLIDEX AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDO. MODELO: UNISSEX. TAMANHOS DIVERSOS. CORES: VERDE CLARO OU ÁGUA, AZUL CLARO. P - 604937 M - 604938 G - 604939 XG - 604940	125,1700	3.129,25
13	60,000	UN	CONJUNTO DE PIJAMA CIRURGICO MANGA CURTA ADULTO - COMPOSTO DE DUAS PEÇAS (BLUSA/CALÇA), CONFECCIONADO EM TECIDO 100% BRIM DE ACORDO COM A PADRONIZAÇÃO DOS TECIDOS PARA USO HOSPITALAR, CALÇA COM ELÁTICOS NA CINTURA E BLUSA FECHADA COM DECOTE EM V, 01 (UM) BOLSO TRADICIONAL REGIÃO PEITO A DIREITA PERSONALIZADO, COM BRASÃO DO MUNICIPIO E SIGLA E/OU ESCRITA DO HMCR, DEODAPOLIS-MS. RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, SOLIDEX AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDO. MODELO: UNISSEX. TAMANHOS DIVERSOS. CORES: ROSE, CINZA CLARO, VERDE AGUA. CATMAT PP - 618226, P - 605084, M - 605085, G - 605086 E XG - 605087.	122,3100	7.338,60
14	25,000	UN	GORRO/TOUCA HOSPITALAR CIRÚRGICA COM AMARRAÇÃO ATRÁS. COMPOSIÇÃO: TECIDO: BRIM LEVE, 100% ALGODÃO. MODELO: BANDANA. GÊNEROS UNISSEX. TAMANHO ÚNICO AJUSTÁVEL PELA AMARRAÇÃO NA PARTE POSTERIOR, DE ACORDO COM A PADRONIZAÇÃO DOS TECIDOS PARA USO HOSPITALAR, COM LOGOMARCA BRASÃO DO MUNICIPIO E SIGLA E/OU ESCRITA DO HOSPITAL MUNICIPAL CRISTO REI E DEODAPOLIS-MS, SILKADA CENTRALIZADAMENTE, RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL HOSPITALAR DE SUJIDADE PESADA, SOLIDEX AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDO. CORES: ROSE, CINZA CLARO, VERDE CLARO OU ÁGUA, AZUL CLARO. CATMAT 399423.	31,4700	786,75
15	49,000	UN	JALECO MANGA CURTA (TIPO REGATA) NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% OXFORD. DOIS BOLSOS FRONTAIS INFERIORES. FECHAMENTO FRONTAL COM 5 (CINCO) BOTÕES Nº	58,9300	2.887,57

			24 TRANSPARENTES. ABERTURA TRASEIRA COM 30,0 CM DE ALTURA. BARRA E BARRA DA MANGA COSTURADOS EM MÁQUINA RETA COM 1,0 CM DE LARGURA. NA FRENTE, NO LADO ESQUERDO DO PEITO DEVERÁ SER BORDADO O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS E A PROFISSÃO A SER INDICADA PELA SECRETARIA. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECÇÃO DO JALECO É 100% POLIÉSTER, NUMERO 120. O JALECO DEVE ESTAR ISENTO DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO. TODAS AS PEÇAS DEVERÃO SER EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACOS TRANSPARENTES. CATMAT 477985.		
16	50,000	UN	JALECO MANGA LONGA TIPO HOSPITALAR UNISSEX, EM TECIDO MICROFIBRA 100% POLIÉSTER, MODELAGEM ESTILO SOCIAL , COR BRANCA, COMPRIMENTO LONGO, MANGAS LONGA COM BAINHA (PUNHO DE MALHA OPCIONAL), COM GOLA SOCIAL COM DETALHE COM COR DE CONTRASTE, COM 2 BOLSOS INFERIORES FRONTAIS COM DETALHE COM COR DE CONTRASTE , CHAPADOS E COM CANTOS CHANFRADOS, 1 BOLSO NO LADO SUPERIOR ESQUERDO COM DETALHE COM COR DE CONTRASTE E BORDADO NOME DO DEPARTAMENTO/FUNÇÃO, ABAIXO O LOGO BRASÃO DO MUNICÍPIO, APÓS ESCRITA PREFEITURA DE DEODAPOLIS-MS E/OU ESCRITA DO NOME DA SECRETARIA E SIGLA HMCR NA MEDIDA PROPORCIONAL AO BOLSO. COSTURA PESPONTADA, ABERTURA FRONTAL PARA VESTIR E DESVESTIR EM TODA EXTENSÃO, FECHADA POR NO MINIMO 5 (CINCO) BOTÕES 4 FUROS DE NO MÁXIMO 2,5 CM DE DIÂMETRO E VISTA PARA COBRI-LOS, CINTO TRASEIRO PRESO, FENDA NA PARTE DE ATRÁS DE 30CM A PARTIR DA BARRA; COMPRIMENTO 102CM. AS CORES DAS LINHAS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A TONALIDADE DO TECIDO. PADRÃO DO AVIAMENTO DE PRIMEIRA QUALIDADE. BORDADO NOS DOIS BRAÇOS AS LOGOMARCAS, CONFORME MODELO EM ANEXO. ESCLARECEMOS QUE AS LOGOMARCAS DO MUNICÍPIO E SUS, DEVERÃO SER BORDADAS NO BRAÇO DIREITO. NO BRAÇO ESQUERDO DEVERÁ SER BORDADA A LOGOMARCA DA ADMINISTRAÇÃO E/OU DO HOSPITAL. O FABRICANTE DEVERÁ FIXAR ETIQUETA, IDENTIFICANDO O TAMANHO DO JALECO, COMPOSIÇÃO DO TECIDO E NOME DA CONFECÇÃO. OBSERVAÇÃO: NAS OPÇÕES DE PEDIDO FEMININO REALIZAR MODELAGEM LEVEMENTE ACINTURADA. TAMANHOS DIVERSOS SENDO ELES: P; M; G; GG; EG E XXGG. CATMAT 477100.	90,3300	4.516,50
17	95,000	UN	TOUCA EM TECIDO PARA USO PROFISSIONAL COM ABA FIXA EM TECIDO DUPLO (TRICOLINI), CABEÇA PREGUEADA E FRANZIDA COM ELÁSTICO NA PARTE POSTERIOR, TAMANHO ÚNICO. GARANTINDO CONFORTO. PODE SER USADA POR TODAS AS PROFISSÕES QUE REQUEREM CUIDADOS ESPECIAIS COM OS CABELOS. CORES VARIADAS E PERSONALIZADA. (OPCIONAL: ABA FIXA COM COR DE CONTRASTE). CATMAT 399423.	33,4800	3.180,60
18	50,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR INFANTIL (UNISSEX) – CONFECIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM (NÃO TRANSPASSADO), COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE OU ATRÁS, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU	42,8900	2.144,50

			INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: P, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO. CATMAT: 605106		
19	50,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR INFANTIL (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM (NÃO TRANSPASSADO), COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE OU ATRÁS, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: M, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO. CATMAT: 605107	24,6700	1.233,50
20	20,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM (NÃO TRANSPASSADO), COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE OU ATRÁS, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: P ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO. CATMAT: 605110	42,9500	859,00
21	30,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM (NÃO TRANSPASSADO), COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE OU ATRÁS, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: M ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO. CATMAT: 605110	39,3300	1.179,90
22	30,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM (NÃO TRANSPASSADO), COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE OU ATRÁS, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: G ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO. CATMAT: 605111	46,4200	1.392,60
23	20,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM (NÃO TRANSPASSADO), COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE OU ATRÁS, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E NA CINTURA. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: XG EXTRA GRANDE, ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO. CATMAT: 605111	47,9700	959,40
24	30,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M²,	57,2400	1.717,20

			RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO TRANSPASSADO, COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: M ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO. CATMAT:605110		
25	30,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO TRANSPASSADO, COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: G ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO. CATMAT: 605111	29,7200	891,60
26	20,000	UN	CAMISOLA HOSPITALAR (UNISSEX) – CONFECCIONADA EM TECIDO HOSPITALAR 100% ALGODÃO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 120 G/M², RESISTENTE À LAVAGEM INDUSTRIAL, COM SOLIDEZ AO CLORO E PRÉ-ENCOLHIDA. MODELO COMUM TRANSPASSADO, COM MANGAS CURTAS E ABERTURA NA FRENTE, COM TIRAS PARA AMARRAÇÃO. PERSONALIZADA COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A SIGLA E/OU INSCRIÇÃO "HMCR". TAMANHO: XG EXTRA GRANDE, ADULTO, NAS CORES VERDE CLARO/ÁGUA OU AZUL CLARO. CATMAT: 605111	30,3000	606,00
27	150,000	UN	LENÇO FEMININO – CONFECCIONADO EM TECIDO MUSSELINI, TIPO LENÇO DE PESCOÇO, TAMANHO MÉDIO, COM BARRA COSTURADA E ACABAMENTO REFORÇADO, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 50 X 60 CM. DISPONÍVEL EM CORES A ESCOLHA DA SECRETARIA. PERSONALIZADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS E A LOGOMARCA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUS), CONFORME PADRÃO VISUAL DEFINIDO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. CATMAT: 235270	13,2700	1.990,50
28	20,000	UN	GANDOLA TÁTICA OPERACIONAL, MODELO COMBAT SHIRT, CONFECCIONADA EM TECIDO RIP STOP, COMPOSIÇÃO APROXIMADA DE 67% POLIÉSTER E 33% ALGODÃO, NA PADRONAGEM CAMUFLADA MULTICAM TROPIC OU EQUIVALENTE VISUAL. POSSUIR GOLA ALTA TIPO MILITAR COM FECHAMENTO FRONTAL EM ZÍPER DE APROXIMADAMENTE 1/4, PROTEÇÃO PARA O QUEIXO E SISTEMA DE ESTACIONAMENTO DO ZÍPER. DEVERÁ POSSUIR 2 BOLSOS NAS MANGAS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 18 X 14 CM, FECHAMENTO EM VELCRO E ÁREA PARA FIXAÇÃO DE PATCHES; VELCRO FRONTAL PARA BRASÃO, COM APROXIMADAMENTE 8 X 5 CM; VELCRO PARA IDENTIFICAÇÃO NOMINAL, COM APROXIMADAMENTE 10 X 10 CM; REFORÇO DUPLO NOS COTOVELOS; PUNHOS AJUSTÁVEIS POR VELCRO E REGULADORES PARA AJUSTE ANATÔMICO. COSTURAS REFORÇADAS, PREFERENCIALMENTE TRIPLAS, NAS REGIÕES DE MAIOR TENSÃO, COMO OMBROS, CAVAS, COTOVELOS E LATERAIS. TAMANHOS PP, P, M, G, GG E EG, CONFORME TABELA DE MEDIDAS FORNECIDA PELA ADMINISTRAÇÃO.	271,9200	5.438,40

29	20,000	UN	CALÇA TÁTICA OPERACIONAL, CONFECCIONADA EM TECIDO RIP STOP 100% ALGODÃO, RESISTENTE A RASGOS E TRAÇÕES, NA PADRONAGEM CAMUFLADA MULTICAM TROPIC OU EQUIVALENTE VISUAL. POSSUIR 8 BOLSOS, SENDO 2 FRONTAIS DE CORTE RETO, 2 TRASEIROS COM FECHAMENTO EM VELCRO, 2 LATERAIS TIPO CARGO COM FECHAMENTO EM VELCRO E 2 BOLSOS AUXILIARES LATERAIS INFERIORES COM FECHAMENTO EM VELCRO. DEVERÁ POSSUIR JOELHOS COM REFORÇO EM CAMADA DUPLA E COMPARTIMENTO INTERNO PARA INSERÇÃO DE JOELHEIRA; REFORÇO NO CAVALO COM COSTURA EM “V” INVERTIDO; CINTURA COM 7 PASSANTES PARA CINTO DE ATÉ 50 MM; CÔS TRASEIRO COM ELÁSTICO; BARRA AJUSTÁVEL POR VELCRO; FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER METÁLICO E BOTÃO DE PRESSÃO. COSTURAS REFORÇADAS NAS LATERAIS, CAVALO, JOELHOS E BOLSOS, COM ACABAMENTO INTERNO EM OVERLOQUE. TAMANHOS PP, P, M, G, GG E EG, CONFORME TABELA DE MEDIDAS FORNECIDA PELA ADMINISTRAÇÃO.	253,4700	5.069,40
30	20,000	UN	CAMISETA OPERACIONAL DE MANGA CURTA, MODELO GOLA CARECA, CONFECCIONADA EM TECIDO TIPO HELANCA DRY FIT, COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, GRAMATURA APROXIMADA DE 160 G/M², COM CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E RÁPIDA EVAPORAÇÃO DO SUOR. POSSUIR MODELAGEM ANATÔMICA, SEM EXCESSO DE FOLGA, NA PADRONAGEM CAMUFLADA MULTICAM TROPIC OU EQUIVALENTE VISUAL. DEVERÁ POSSUIR COSTURAS REFORÇADAS NOS OMBROS E LATERAIS. PERSONALIZAÇÃO POR MEIO DE BRASÃO DA DEFESA CIVIL APLICADO NO LADO ESQUERDO DO PEITO, COM APROXIMADAMENTE 8 CM; BRASÃO DA PATRULHA AMBIENTAL APLICADO EM UMA DAS MANGAS, COM APROXIMADAMENTE 8 CM; E INSCRIÇÃO INSTITUCIONAL NA REGIÃO DORSAL, CONFORME ARTE FORNECIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. TAMANHOS CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.	53,0200	1.060,40
31	20,000	UN	BONÉ TÁTICO MODELO AMERICANO, CONFECCIONADO EM TECIDO RIP STOP NA PADRONAGEM CAMUFLADA MULTICAM TROPIC OU EQUIVALENTE VISUAL, COM 6 GOMOS, ABA CURVA PRÉ-MOLDADA E FECHAMENTO TRASEIRO REGULÁVEL EM VELCRO. POSSUIR COSTURAS REFORÇADAS OU TRIPLAS NOS GOMOS E NA ABA, VISANDO MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE EM ATIVIDADES OPERACIONAIS. TAMANHO AJUSTÁVEL.	53,0000	1.060,00
32	20,000	UN	BOINA DE MODELO MILITAR CLÁSSICO, CONFECCIONADA EM LÃ OU FIBRA ACRÍLICA, NA COR E PADRONAGEM DEFINIDA PELA ADMINISTRAÇÃO, PREFERENCIALMENTE MULTICAM TROPIC OU EQUIVALENTE VISUAL. POSSUIR BRASÃO METÁLICO INSTITUCIONAL FIXADO NA PARTE FRONTAL E FITA INTERNA REGULÁVEL PARA AJUSTE À CABEÇA. TAMANHOS CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.	97,9500	1.959,00
33	20,000	UN	TARJA DE IDENTIFICAÇÃO NOMINAL, CONFECCIONADA EM TECIDO RESISTENTE, FORMATO RETANGULAR, COM APROXIMADAMENTE 14 X 2,5 CM, CONTENDO INSCRIÇÃO DEFINIDA PELA ADMINISTRAÇÃO E SISTEMA DE FIXAÇÃO EM VELCRO, COMPATÍVEL COM A GANDOLA, CAMISETA OU DEMAIS PEÇAS DO UNIFORME.	29,8900	597,80
34	20,000	UN	BRASÃO INSTITUCIONAL BORDADO, FORMATO CIRCULAR, COM APROXIMADAMENTE 8 CM DE DIÂMETRO, CONFECCIONADO EM MATERIAL TÊXTIL RESISTENTE, COM ACABAMENTO ADEQUADO PARA	30,1700	603,40

			APLICAÇÃO OU FIXAÇÃO NAS PEÇAS DO UNIFORME, CONFORME ARTE OFICIAL FORNECIDA PELA ADMINISTRAÇÃO.		
35	20,000	UN	BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS, CONFECCIONADA EM TECIDO RESISTENTE, FORMATO RETANGULAR, COM APROXIMADAMENTE 5 X 8 CM, CONTENDO AS CORES E SÍMBOLOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, COM ACABAMENTO PARA FIXAÇÃO POR VELCRO OU COSTURA NAS PEÇAS DO UNIFORME.	21,8900	437,80

1.2 Alguns itens do CATSER são GERAIS E GENÉRICOS, devendo ser observadas as descrições dos itens conforme este Termo de Referência e ETP.

1.3 Conforme Art. 23, § 5º, da Lei nº 14.133/2021: "O valor estimado da contratação deverá ser calculado com base em preços praticados no mercado, preferencialmente por meio de painéis de preços, de bancos de dados públicos ou de outras fontes confiáveis, e deverá constar nos autos do processo licitatório com os elementos que o compuseram."

1.4 A cotação e formação de média de mercado informada neste termo de referência, foi realizada pela EQUIPE DO SETOR DE COMPRAS, e conforme estas pesquisas, o valor da contratação está estimado em R\$ **328.233,05 (trezentos e vinte e oito mil, duzentos e trinta e três reais e cinco centavos)**. pesquisas estas que estarão em anexo ao processo, realizada conforme legislação vigente.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021.

1.6 Fica estabelecida a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do § 4º do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, por igual período, desde que comprovado o interesse da Administração.

1.7 Na hipótese de prorrogação da vigência da ata, admite-se, a renovação do quantitativo originalmente registrado, com vistas a atender às necessidades da Administração durante o Período prorrogado.

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; b:

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice do processo.

III - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - Lei Federal 14.133/21; art. 6;XXIII; c:

3.1 A descrição da solução como um todo, **AQUISIÇÃO DE MALHARIA** contempla a por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, MENOR PREÇO POR ITEM.**

3.2. Os objetos da presente contratação classificam-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado, passíveis de descrição precisa no Termo de Referência, sem necessidade de solução técnica específica ou inovação. Tratam-se de peças de malharia, como camisas polo, camisas sociais, camisetas para campanhas institucionais e demais itens confeccionados sob demanda, amplamente comercializados e produzidos por empresas especializadas, cujas especificações técnicas, materiais, tamanhos, cores e formas de personalização podem ser objetivamente definidas, permitindo ampla competitividade entre os fornecedores.

3.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza contínua, variável e parcelada da demanda, considerando que as necessidades das diversas Secretarias Municipais ocorrem ao longo do exercício, conforme a realização de campanhas, eventos institucionais, ações administrativas e reposição de peças destinadas aos servidores e colaboradores. O referido sistema possibilita aquisições conforme a necessidade da Administração e a disponibilidade orçamentária, evita a formação de estoques desnecessários, proporciona maior flexibilidade na gestão contratual e favorece a economicidade, em observância aos princípios do planejamento, eficiência e interesse público.

3.4. A modalidade escolhida é o Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços e critério de julgamento pelo menor preço por item, por se tratar de bens comuns com especificações técnicas objetivas e amplamente disponíveis no mercado. A forma eletrônica amplia a competitividade ao permitir a participação de fornecedores de diversas localidades, promove maior transparência, celeridade e eficiência administrativa, além de favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. O critério de julgamento pelo menor

preço por item mostra-se o mais adequado, pois possibilita maior competitividade entre os licitantes, permitindo a contratação dos fornecedores que apresentarem as melhores condições para cada item, sem comprometer a qualidade dos produtos adquiridos.

3.5. Ressalta-se, por fim, que a aquisição de malharia, por meio do Sistema de Registro de Preços e na modalidade Pregão Eletrônico, constitui prática amplamente adotada por diversos Municípios e demais órgãos da Administração Pública para atender às demandas relacionadas ao fornecimento de uniformes, camisetas, camisas personalizadas e demais peças destinadas às atividades institucionais, campanhas, eventos e identificação funcional. Tal modelo de contratação demonstra-se adequado, eficiente e alinhado às necessidades da Administração Pública, garantindo economicidade, padronização, qualidade dos produtos, flexibilidade nas aquisições e continuidade das atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias Municipais.

Município de Vitorino Freire/MA – Pregão Eletrônico nº 013/2026

- Processo PNCP: 06018568000116-1-000026/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de malharia para confecção e fornecimento de materiais têxteis personalizados, compreendendo uniformes, camisetas, bolsas, materiais hospitalares, peças esportivas e demais itens correlatos destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais.

Link: PNCP – Processo nº 06018568000116-1-000026/2026

- Município de Pastos Bons/MA – Pregão Eletrônico nº 001/2026

Processo PNCP: 05277173000175-1-000002/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de malharia destinada ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais.

Link: PNCP – Processo nº 05277173000175-1-000002/2026

- Município de Brejo de Areia/MA – Pregão Eletrônico nº 014/2026

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de confecção/malharia com fornecimento de materiais destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais.

Link: Pregão Eletrônico nº 014/2026 – Brejo de Areia/MA

3.6. Diante do exposto, resta demonstrado que a presente contratação atende a uma necessidade real, contínua e devidamente justificada da Administração Pública do Município de Deodápolis/MS, sendo essencial para garantir o fornecimento de peças de malharia destinadas ao atendimento das diversas Secretarias Municipais, assegurando a padronização da identificação institucional, a adequada apresentação dos servidores e colaboradores, bem como o atendimento das demandas decorrentes de campanhas, eventos, programas, ações institucionais e demais atividades desenvolvidas pela Administração Pública.

3.7. A classificação dos objetos como bens comuns, bem como a escolha da modalidade **Pregão Eletrônico**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços** e critério de julgamento pelo **menor preço por item**, encontra respaldo técnico e legal na Lei nº 14.133/2021, mostrando-se adequada à natureza da contratação, assegurando maior competitividade, transparência, eficiência, economicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo o atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais de forma planejada e contínua.

3.8 DA NÃO ABERTURA PARA A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Na elaboração do estudo técnico preliminar, é pertinente invocar o disposto no art. 9º, § 2º do Decreto nº 046/2024 de 25 de abril de 2024, QUE PERMITE A DISPENSA DO PROCEDIMENTO PÚBLICO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP) QUANDO O ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA FOR O ÚNICO CONTRATANTE. Este dispositivo se justifica pela especificidade e urgência frequentemente envolvidas nas aquisições, onde a celeridade e a centralização do processo podem assegurar a pronta disponibilização dos materiais essenciais para o funcionamento contínuo dos serviços. Assim, ao dispensar a IRP, evita-se a demora inerente à participação de múltiplos órgãos, garantindo-se, dessa forma, a eficiência e a eficácia na gestão dos recursos e a manutenção da qualidade dos serviços prestados à população.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; d:

4.1 Trata-se da **AQUISIÇÃO DE MALHARIA** ser contratada mediante **PREGÃO ELETRÔNICO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com o critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

4.2 A empresa vencedora deverá anexar no sistema eletrônico, juntamente com a proposta ou quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a), catálogo, ficha técnica, imagem detalhada ou amostra dos itens ofertados para a Defesa Civil, incluindo gandola tática operacional, modelo combat shirt; calça tática operacional; camiseta operacional de manga curta; boné tático modelo americano; boina de modelo militar; tarja de identificação nominal; brasão institucional bordado; e bandeira do Município de Deodápolis/MS.

4.3 A documentação deverá permitir a verificação das características dos produtos, especialmente quanto ao tecido, composição, modelo, padronagem, cores, tamanhos, acabamento, resistência, costuras, forma de personalização, bordados, estampas, brasões, inscrições e demais requisitos técnicos exigidos no Termo de Referência.

4.4 Quando solicitada amostra física, a empresa deverá apresentá-la no prazo e no local definidos pelo(a) Pregoeiro(a), conforme as regras estabelecidas no edital.

4.5 A apresentação do catálogo, ficha técnica ou amostra terá por finalidade auxiliar a Administração na análise da compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações do objeto. Os materiais deverão atender às exigências do edital e do Termo de Referência.

V - EXECUÇÃO DO OBJETO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; e:

5.1 CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

5.2 Trata-se de bem comum, materiais de consumo

5.3 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS OBJETOS

5.4 O prazo de entrega dos itens é de **15 (quinze) dias**, contados da emissão da Solicitação de Fornecimento (SF), nos locais discriminados na SF;

5.5 A entrega deverá ser realizada conforme endereço indicado na Solicitação de Fornecimento, de segunda a sexta-feira, nos horários compreendidos entre 07h às 11h e das 13h às 17h (horário do Estado de Mato Grosso do Sul), Deodápolis/MS.

5.6 O fornecimento será objeto de inspeção, a qual será realizada por servidor designado pela Secretaria Solicitante.

5.7 Após comprovada a entrega, mediante atesto do fiscal designado, este receberá e atestará as respectivas Notas Fiscais, encaminhando-as, em ato contínuo, ao setor financeiro para fins de pagamento.

5.8 Caso os itens de malharia não satisfaçam às especificações exigidas, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

VI - GESTÃO DO CONTRATO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; f:

6.1. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.2. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização.

6.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

6.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta;

6.8. Prestar a Contratada todas as informações e esclarecimentos necessários para o cumprimento do contrato;

- 6.9. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído;
- 6.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.11. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 6.13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 6.14. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.15. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 6.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço e dos materiais fornecidos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.17. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, corrigir ou reparar, às suas expensas o serviço/materiais com avarias ou defeitos, ou que não atendam às exigências previstas no Termo de Referência e Contrato;
- 6.18. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 6.19. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.20. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 6.21. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.22. DA SUBCONTRATAÇÃO
- 6.22.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 6.23. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA
- 6.23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 6.24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 6.24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 6.24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – Advertência por escrito;

II – Multa:

- Moratória de 2% a 10% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- Compensatória de 5% sobre o valor total do contrato;

III – Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.24.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

6.24.4. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

6.24.5. Antes da aplicação da multa será facultada defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 157).

6.24.6. Se a multa e as indenizações forem superiores ao valor devido, a diferença será descontada da garantia ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

6.24.7. Aplica-se ainda o previsto na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

6.24.8. As multas e/ou prejuízos serão deduzidos dos pagamentos, da garantia ou inscritos em Dívida Ativa.

6.24.9. A multa deverá ser recolhida em até 30 (trinta) dias após a notificação.

6.24.10. Caso a multa não cubra os prejuízos, poderá ser cobrado o valor remanescente judicialmente (art. 419 do Código Civil).

6.24.11. A autoridade competente considerará a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena e o dano causado, observada a proporcionalidade.

6.24.12. Havendo indícios de infração da Lei nº 12.846/2013, o processo será encaminhado para apuração e eventual instauração de PAR.

6.24.13. As demais infrações seguirão o rito normal da unidade administrativa.

6.24.14. O processamento do PAR não interfere nos demais processos de apuração de danos.

6.24.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal.

VII - CRITÉRIO DE MEDIAÇÃO E PAGAMENTO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; g:

7.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos/serviços com apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária

7.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.6 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.7.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.8 No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

7.9 DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.10 O artigo 25 Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, estabelece as condições nas quais os preços registrados podem ser alterados ou atualizados. Visando garantir a flexibilidade necessária para lidar com eventos imprevisíveis ou situações extraordinárias que possam impactar os custos dos bens, obras ou serviços registrados, são eles:

I - Adaptação por Força Maior, Caso Fortuito, Fato do Príncipe ou Fatos Imprevisíveis:

As partes contratantes concordam que, em situações de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou eventos imprevisíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, a alteração ou atualização dos preços registrados será permitida, em conformidade com a alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

II - Variação de Preços em Razão de Tributos e Encargos Legais: fica estabelecido que a alteração ou atualização dos preços registrados será autorizada em casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados, conforme previsto no Art. 25, II, do Decreto nº 11.462/23.

III - Incorporação de Cláusula de Reajustamento ou Repactuação: no caso de previsão expressa no edital ou aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, as partes concordam com a sua aplicação, nos termos do Art. 25, III, do Decreto nº 11.462/23.

7.11 DO REAJUSTE

7.12 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.13 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.14 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.15 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.16 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.17 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.18 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.19 O reajuste será realizado por apostilamento.

7.20 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.21 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, devido à baixa complexidade, natureza do objeto e dos riscos envolvidos, considerando o prazo de entrega e ausência de prejuízo ao erário, a administração não julga necessária a apresentação de garantia contratual.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR - *Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; h:*

8.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.2 O critério de julgamento da proposta é o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

IX - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO -*Lei Federal 14.133/21;art.6;XXIII; i:*

9.1 O custo estimado da contratação é **R\$ 328.233,05 (trezentos e vinte e oito mil, duzentos e trinta e três reais e cinco centavos)**.

X- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - *Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; j:*

10.1 As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas nos orçamentos: Secretaria de Saúde: Projeto Atividade 4077, 4078, 4082, 4068, 4069, 4076, Fonte 500, 600, 621. Secretaria de Infraestrutura: Projeto Atividade 4.083, Fonte 1.500. Secretaria de Meio Ambiente: Projeto Atividade 4.065, Fonte 1.500. Secretaria de Assistência: Projeto Atividade 4117, 4115, 4118, Fonte 1.500, 1660. Secretaria de Planejamento: Projeto Atividade 4.101, Fonte 1.500. Secretaria de Educação: Projeto Atividade 4038, Fonte 1.500. Secretaria de Administração: Projeto Atividade 4.101, Fonte 1.500. Gabinete do Prefeito: Projeto Atividade 4.055, Fonte 1.500.